

CAPITAL SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma discussão conceitual acerca da abordagem do capital social como contribuição para o desenvolvimento da atividade turística local, de forma a compreender seu significado, sua base de construção sob a visão de vários autores, assim como a importância do capital social para o desenvolvimento do turismo uma determinada localidade. O capital social é concebido através das relações sociais, com valores baseados em confiança, cooperação, compromisso e uma participação política mais efetiva que podem ser importantes ferramentas no planejamento de ações turísticas do desenvolvimento local. Observa-se no artigo que a crise econômica, através do processo de globalização e da lógica do capitalismo do paradigma atual fez com que a população se mobilizasse para ações coletivas em parceria com poder público e privado, não mais sendo mera espectadora e sim participante do seu próprio desenvolvimento. Neste sentido, a pesquisa se embasou em fontes bibliográficas especializadas sobre a temática, no intento de trazer à reflexão o tema Capital Social e, por conseguinte, direcionar sua ação prática relacionada às áreas do Turismo e do Desenvolvimento Local. É do global que nasce o agir local, estabelecendo laços afetivos, de confiança, entre os atores envolvidos, elementos esses fundamentais para que o turismo alcance ações sustentáveis em seus destinos que permitem construir valores agregados a uma sociedade de princípios e objetivos comuns e mais sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVES: Capital Social; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Turístico; Turismo.

SOCIAL CAPITAL AS A TOOL FOR TOURISTIC DEVELOPMENT: A CONCEPTUAL DEBATE

ABSTRACT

This article aims to perform a conceptual debate about the approach of social capital as a contribution to the development of local tourist activity, in order to understand its meaning, its base of construction under the vision of several authors, as well as the importance of social capital for the development of tourism in a certain site. The social capital is built through social relations, with values that are based on trust, cooperation, compromise and a more effective political participation that can be important tools in the planning of actions of local tourist development. It can be shown at this paper that the economic crisis, through the process of globalization and the logic of capitalism at the current paradigm has made the population mobilized to collective actions in partnership with public and private authorities, no longer being mere onlookers but participants of their own development. In this sense, the research is Based on bibliographic sources specialized on the theme, with the intention of bringing the reflection on the theme Social Capital and, therefore, direct its practice action related to the areas of Tourism and Local Development. It is from the global that is born the local action, establishing affective bonds of trust among the actors involved, these elements are essential for the tourism reach sustainable actions in their destinations that allow to construct aggregated values to a society of principles and common and more sustainable goals.

KEYWORDS: Social Capital; Local Development; Tourism Development; Tourism.

*Revista Brasileira de
Administração Científica,
Aquidabã, v.5, n.3, Jul, Ago, Set,
Out, Nov, Dez 2014.*

ISSN 2179-684X

SECTION: Articles

TOPIC: Recursos Humanos



DOI: 10.6008/SPC2179-684X.2014.003.0006

Laura Almeida de Calasans Alves

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6680043202334988>
laura.calasans@gmail.com

Wlademyr de Menezes Alves

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5506816207230232>
wladaju@gmail.com

Received: 23/05/2014

Approved: 10/07/2014

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Referencing this:

ALVES, L. A. C.; ALVES, W. M.. Capital social como ferramenta para desenvolvimento turístico: uma discussão conceitual. *Revista Brasileira de Administração Científica*, Aquidabã, v.5, n.3, p.94-113, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2014.003.0006>

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento local é um tema que vem sendo discutido nos últimos anos, entre diversos especialistas como estratégia para melhorar as condições socioeconômicas para uma comunidade, município ou qualquer outra localidade. Contudo, não se pode melhorar a qualidade de vida da população sem que haja a participação dos atores que irão ser beneficiados com os resultados desta melhoria que estrategicamente podem ser viabilizadas através do desenvolvimento de uma localidade, o que pode vir a ser de médio a longo prazo.

O fortalecimento desses atores sociais, com capacidade de incentivo e boas propostas que identifiquem as potencialidades locais só veio a reforçar a ideia de que estado, mercado e sociedade civil devem andar juntas na mesma direção, interagindo e promovendo o bem-estar da coletividade.

Essa interação levou vários estudiosos e profissionais a entender que o tipo de sociedade que construímos é de extrema importância para o crescimento econômico. Nos debates sobre desenvolvimento termos como: capital humano, físico ou natural são constantemente usados, o que gerou dentre muitos debates a importância do social para o econômico (SACHS & LAGES, 2001). Reconhecida tal importância da incorporação da dimensão social no desenvolvimento econômico, que surge o termo capital social, falado inicialmente por Hanifan, em 1916, ganharam destaques como importante ferramenta do desenvolvimento local.

Mas o que seria desenvolvimento local? Qual a sua relação com a formação de uma rede de relações, como o capital social? Para Sen (2000), o desenvolvimento seria realizar atividades livremente escolhidas, mas que não iria gerar o crescimento. Já autores como Abramovay (1998), aborda o termo desenvolvimento local como algo relacionado com dimensão territorial, onde território seria forma específica de interação social, da capacidade de indivíduos promoverem ligações dinâmicas com empresas e organizações locais, valorizando seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes de construir. Com base nisso, ressaltamos a discussão de Putnam (2000), em torno de que a cultura pode determinar o capital social, onde a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações igualitárias, onde há uma estrutura fincada na confiança e colaboração.

Entender o conceito de desenvolvimento local é complexo, pois este não se refere somente à esfera municipal e sim de qualquer localidade, e surge como novas perspectivas de expansão das atividades locais, só que neste caso há uma participação da sociedade como atores mais ativos, em prol da comunidade local passando a serem os principais sujeitos de decisões no processo do planejamento do desenvolvimento local. Com atores sociais envolvidos, faz-se necessário também entender o conceito de capital social e como ele se constrói dentro deste desenvolvimento e em que momento ele é aplicado estrategicamente que favoreça o desenvolvimento de uma localidade.

Sendo assim, emerge a necessidade de compreender e visualizar a atividade turística sob um olhar aquém do que sugere seu conceito inicialmente discutido, como sendo uma atividade meramente econômica. As recentes discussões no turismo destacam que multiplicidade de fatores envolvidos no turismo vão além deste conceito econômico, pois entendê-lo não apenas sob a ótica econômica, enquanto indústria que observa o olhar turista (ou efeito econômico que este deixa nos núcleos receptores), mas, sobretudo, a ótica da comunidade local, e, portanto, dando um destaque maior à atividade turística através desenvolvimento local.

Isso se dá ao fato do turismo ser uma atividade intencionalmente humana e que seu acesso não está mais restrito ao visitante, por se tratar de deslocamento de pessoas, é um fenômeno social que interfere no cotidiano da população local, considerado não somente como fomentador do crescimento econômico, mas um grande produtor, organizador e consumidor de espaços, tornando-se uma alternativa para um desenvolvimento local.

Autores como Costa (2003), afirma que é através de movimentos sociais sólidos que fazem com que a sociedade torne mais participativa, exercendo a cidadania, gerando confiança na busca por justiça social e solidariedade, estabelecendo relações de cooperação entre os membros da sociedade. Desta forma que o estado, sociedade civil e mercado usam tais ingredientes como cimento que agrega os blocos econômicos.

Baseado nisso que o presente artigo propõe uma discussão conceitual acerca de desenvolvimento turístico local e capital social e de que forma os dois interagem pela busca do bem-estar coletivo da sociedade. Presume-se assim, que a partir desta pesquisa, será possível compreender o Desenvolvimento Local e o Turismo através de uma gestão participativa em que todos opinem e contribuam sendo possível pensar e contribuir na construção de uma proposta de comunidade e localidade mais inclusiva e integrada.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Capital Social: Uma discussão conceitual

Para Ponchirolli (2002), a necessidade em reconhecer novos paradigmas para promover o desenvolvimento de uma localidade dentro da lógica do capitalismo, que busca somente o crescimento econômico. Hoje é consenso que a era industrial se esgotou e que a sociedade do conhecimento emergiu como nova modalidade econômica social.

O aprender a conhecer, a fazer e a conviver, tornaram habilidades e competências principais no mercado competitivo. A necessidade de conhecer o ser humano enquanto forma de capital, tornou-se o grande desafio. Pois o capital humano é dotado de características fundamentais ao desenvolvimento global e local, visto a necessidade de torna-se mais ativo às questões do estado e das ações de mercado (PONCHIROLLI, 2002).

Para Morales et al (2002), essa é a era com ênfase no acesso a canais de conhecimento e nos valores associados aos relacionamentos advindos de redes de contatos. Por isso a importância do estudo do capital social por diversos autores condicionados a dimensão economia. O autor defende a idéia de que há uma concordância de que os atores melhor conectados em suas redes possuem uma vantagem quando comparados àqueles que são mal conectados.

Segundo Farr (2004), Capital social é um dos nossos mais modernos termos, ouvido com frequência cada vez maior por professores, especialistas e políticos em todo o mundo. A tendência que começou nos anos 1980 e acelerado na década de 1990, onde termo proliferou significados e provocou indagações.

Para os autores Maciel e Albagli (2002), há três períodos relacionados à origem do termo: A primeira linha limita-se aos autores provenientes das ciências sociais que tornaram o termo evidente como: Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. A segunda tratou de elementos chave, como confiança, coesão social, redes, normas e instituições, em vários contextos e disciplinas, em que o conceito tem sido usado implícita ou explicitamente. A terceira, mais extensa, remonta a sociologia clássica do século XIX como Émile Durkheim e Weber.

Contudo Farr (2004) ressalta que foi Lyda J. Hanifan, um educador obscuro rural da Virgínia Ocidental, como tendo invocado em 1916: "o primeiro uso do conceito", através de um estudo do desenvolvimento rural comunitário nos EUA, na Virgínia com programas para os problemas do isolamento e da migração urbana, construindo assim comunidades onde o conceito tinha como base uma compreensão mais teórica do capital social expresso em termos de "simpatia" e "trabalho".

Para Bourdieu (2000), o termo tinha mais uma conotação elitista, através de relações institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento, que poderia ser encontrado na distinção de classe mais importante, que um recurso de confiança. Enfatizou a importância dos custos de investimento e retorno na construção e manutenção de capital social. Para o filósofo a construção e manutenção de redes não era um dado natural; exigia investimentos, que geram um retorno, assim locais onde a reciprocidade era fraca, os governos locais e moradores, provavelmente não seria possível realizar bons investimentos (WARNER, 2002; FARR, 2004).

Baseados em laços de solidariedade e confiança que Putnam (2000), relacionou um melhor desempenho institucional pelas regiões ao norte da Itália. Em seu estudo comparativo sobre desenvolvimento político das regiões da Itália estabeleceu um grau de civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança, onde ao norte notaram-se organizações sólidas, com relações horizontais, que se desenvolveu melhor que na região sul, onde os índices de pobreza e entraves econômicos eram maiores, com relações verticais, centralizadoras por agirem mais de forma individual que coletiva (COSTA, 2003).

Putnam (2000) resumia o conceito de capital social em redes, normas e confiança. Para o autor os valores cidadãos democráticos poderiam beneficiar o associativismo, criando um retorno positivo sobre a divulgação desses valores, fortalecendo redes de prova densa e valiosa, normas

que envolvam as ações individuais e as relações sociais, e confiança que tende a parecer psicologicamente complexa. Sendo como qualquer outra forma de capital, ou seja, físico ou capital humano social com produtividade futura dos indivíduos e grupos da sociedade civil, mesmo não sendo principalmente econômica. E tendo como seu primo conceitual, a comunidade.

Uma alternativa neo-institucionalista à visão culturalista de Putnam, onde enfatiza o papel decisivo da burocracia estatal na formação do capital social, no sentido de que a função do estado passaria da ação reguladora da interação social para indutor e mobilizador do capital social, ligando os cidadãos e articulando com agências públicas a aumentarem a eficiência governamental, a partir de uma sinergia entre estado e sociedade civil como um conjunto de relações que ultrapassa a divisão público-privado (EVENS & SWVRETT, 2003).

Já para Coleman (MACIEL & ALBAGLI, 2002), definiu capital social dentro da esfera educacional, como um conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização comunitária e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem. Com valores que desde cedo era passada de geração a geração.

O capital social conceituou-se por Dewey através do pragmatismo, que funcionava para resolver problemas, e os hábitos que sustentaram o trabalho de resolução de problemas, onde há três pontos de destaque em termos de capital social: a crítica como construção, motivada por problemas ou crises na vida social, que visa ajudar a resolver ou amenizar; O pragmatismo crítico destaque para a simpatia. Preocupação e compaixão pelos outros, especialmente aqueles essenciais negados ou vida privada, incluindo o capital social; E apesar de criticar as consequências negativas do capitalismo, apropriou de seu próprio vocabulário (FARR, 2004).

Para Reis (2003), capital social gera impacto político. Para o autor a organização política de uma sociedade e o sistema de governo passa pelo capital social, onde a confiança é a variável-chave. Devendo haver um consenso quanto à relação confiança/capital social/democracia. Presume-se que o processo de construção de bons cidadãos passa por um engajamento mais eficiente e permanente na arena política. Já para Baquero (2003), a democracia requer um nível mínimo de capital social. Efeito colateral da modernidade: Os cidadãos começam a relacionar-se com o mundo muito mais via meios de comunicação eletrônicos, passando mais tempo isolados uns dos outros e em um consumo privado (comprometendo, em parte, a formação de um capital social saudável). Uma democracia social sem políticos ou cidadãos democráticos está fadada ao fracasso.

Para Monastério (2000), somente nos anos 90 o conceito ganhou uma atenção especial por vários sociólogos, onde muitos denominavam “elo perdido das ciências sociais”, um condensador da fumaça do fenômeno que envolve instituições. Para o autor foi através dos economistas neoclássicos, Robert Lucas definem o conceito como:

A acumulação de capital social é uma atividade social envolvendo grupos de pessoas de uma forma que não tem contrapartida de acumulação de capitão físico, onde há interações do grupo que são centrais para produtividade individual e que envolvem grupos maiores do que a família imediata e menores que a família imediata e menor que a raça humana como um inteiro (MONASTÉRIO, 2000).

Já para Gary Becker, ressaltava o conceito para as interações sociais. Onde relatava:

Meu interesse em interações provavelmente pode ser atribuída ao estudo da discriminação e preconceito... Outras reflexões me convenceram de que a ênfase do anterior economista merecia ser levado muito mais sério, porque as interações sociais tinha um significado muito transcendendo os casos especiais discutidos acima (MONASTÉRIO, 2000).

Só o velho paradigma científico considera todas as tentativas de explicação da realidade social baseada em modelos de causalidade unívoca padrões lineares, quando os economistas encaram o desenvolvimento social como resultado do desenvolvimento econômico. O que inversamente é que seria verdadeiro, perante a dificuldade da sociedade de se expandir, dificultando a construção do capital social.

O capital social deveria ser utilizado em última instancias como conjunto de valores que quanto mais completo a quantidades, melhor desempenhará seu papel-chave de contribuir para explicar as variações do desempenho econômico, de sorte que não pode ser ignorado em qualquer modelo adequado de crescimento econômico, logo quando se propõe a lançar previsões em longo prazo no que diz respeito a uma política de crescimento sustentável com mecanismos eficazes que garantam uma estrutura institucional capaz de prover fatores que possam vir a causar e manter o crescimento de forma continua (TELES *et al.*, 2012).

Para Costa (2003), capital social não é simplesmente um atributo cultural, como conceituou Putnam, cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de gerações. Ele pode ser criado, desde que haja organização suficientemente forte para sinalizar aos indivíduos alternativos.

Para Warner (2001), qualquer estudo sobre a consuntibilidade do capital social, deve dar atenção à forma (horizontal e hierárquica), o nível (individual ou da comunidade) e os custos de investimento, onde as formas horizontais envolvem mais os laços entre os indivíduos. Ratificado por Baquero (2003), onde o capital social deve incorporar a família, os amigos e os colegas de trabalho como elementos constituidores de um recurso importante; E hierárquico onde produz relação ao desenvolvimento. Vale ressaltar que não se deve atribuir a redes de relacionamentos de facções e criminosas como drogas, tráfico de seres, prostituição, ao conceito de capital social já que não agem pelo bem coletivo e nem promovem bem-estar à sociedade.

Os conceitos apresentam uma relação com valores intrínsecos e inerentes ao ser humano, mas que nem todos são capazes de gerá-lo, podem estar ligados para alguns autores a um ato de exercer a cidadania para uma sociedade mais democrática, para outros quase uma obrigação em exercitar os valores inerentes ao ser humano.

Warner (2001) acredita que há três características devem ser alvos de atenção aos programas do capital social: Autonomia, articulação e retornos de investimentos. Uma vez que o Estado não se ausenta de suas obrigações, continua como papel de articulador e incentivador, uma vez que os programas de governo são mais eficazes na promoção de programas da comunidade em nível de capital social, principalmente quando eles se veem como produtores não participantes e ajuda a desenvolver uma estrutura facilitadora participativa.

Onde para Baquero (2003), se dá através de uma política participativa, do envolvimento da sociedade civil nas ações do mercado e aponderamento das responsabilidades cidadã, deixando de ser resiliente às condições e passando a agir ativamente.

Desenvolvimento local: conceito e dimensão

Tornou-se evidente nas últimas décadas, que um maior crescimento econômico não determina bem-estar, mas a qualidade deste crescimento. É a generalizada a convicção de que o crescimento é uma panaceia para todos os grandes males econômicos do mundo moderno. O autor afirma que, não é fácil reconhecer e evitar o crescimento econômico e suas consequências. O fato das contas nacionais não registrarem explicitamente os custos de crescimento, o que torna difícil mensurar o tamanho do estrago que este faz na economia já que, muitas pessoas beneficiam-se dele e não têm estímulo para mudar.

Esses impactos chegaram a vários setores, a perda da qualidade de vida dos seres humanos, fruto de uma atividade predatória e uma apropriação desregrada da natureza, gerou a emergentes discursos acerca dos problemas ambientais decorrentes do processo de industrialização desencadeado pelo capitalista ao longo do tempo. O entendimento de que era preciso crescer para desenvolver, levou o questionamento de vários problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos que foram surgindo, tornando-se muitos com mínimas e limitadas soluções. O cenário criado pela ideia do crescer para desenvolver gerou impactos evidente na sociedade, cada vez mais se desenvolve, priorizando o incremento econômico, utilizando-se dos recursos naturais sem considerar suas limitações.

Segundo Costa (2003), o desenvolvimento é essencialmente uma estratégia de ações inter-relacionadas, onde os indivíduos estabeleçam relações humanas que enriqueçam sua existência. Onde o desafio de enfrentar a pobreza e injustiça social gerando a partir do crescimento econômico do mundo industrializado, calcado historicamente na produção, passou a ser questionado por grupos sociais, pelas agências internacionais de desenvolvimento. Com isso novas formulações enfatizaram a necessidade de uma integração entre diversidade cultural, o desenvolvimento econômico e humano, diante do aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Desta forma torna-se de grande relevância desenvolver para poder crescer. Este desenvolvimento é um processo contínuo que leva a implementação de liberdades substanciais, com duas visões antagônicas: A primeira delas sustenta que o desenvolvimento é algo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em 'sangue, suor e lágrimas' e em que o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode levar ao sacrifício do bem-estar; Há outra visão onde o desenvolvimento pode ser um processo amigável, por meio de trocas benéficas do trabalho de redes de segurança social, pelas liberdades políticas ou pelo desenvolvimento social (SEN, 1999). Desta forma atingiria uma dimensão bem maior que aparentemente propõe localmente. É desto

desta segunda visão de desenvolvimento que a atividade turística se estabelece e se desenvolve sustentavelmente.

Para Taipa (2005), a globalização capitalista, da política regional europeia e surgimento de problemas de saturação no interior de distritos industriais ligados a questões ambientais, afirma e reforça de que era preciso realizar mudanças para programas de descentralização. É onde o desenvolvimento local e suas ações são importantes, do ponto de vista teórico, pela formulação de os pactos territoriais que reafirmam princípios básicos da nova modalidade de política de desenvolvimento descentralizada: o local como unidade básica do desenvolvimento socioeconômico, e a opção por uma estratégia concertada de tipo *bottom-up*, que mobiliza o conjunto de atores sociais pertencentes ao território sobre modernização e desenvolvimento exógeno, vigentes nos anos 1950 e 1960.

Os principais objetivos desses pactos era justamente a constituição de uma coalizão estável de atores locais e deflagrar um processo de transformação da economia e da sociedade local, visando melhores ofertas de bens coletivos (TAIPA, 2005).

Para Zapata (2004) o desenvolvimento local é denominado desenvolvimento endógeno por estar está intrinsecamente ligado ao conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade cujo contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

Carestiato (*apud* IRVING, 2005) trata o conceito como sendo um modelo de desenvolvimento que permite a construção do poder endógeno para que uma dada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial socioeconômico preservando seu patrimônio ambiental superando suas limitações na busca contínua pela qualidade de vida. Trata-se do empoderamento, do envolvimento e comprometimento.

Assim, a estratégia de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local se propõe a, além de desenvolver os aspectos produtivos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

Albuquerque (2001) sobre as estratégias desenvolvimento concentrador e desenvolvimento endógeno apontam as seguintes diferenças:

1) Estratégias de Desenvolvimento Concentrador: Crescimento hierarquizado e centralizado; Medidas e políticas principalmente compensatórias ou assistenciais em áreas atrasadas ou carentes; Instrumentos e medidas de fomento; Econômico setorial; Pólo de crescimento; Pólos industriais e Zonas francas.

2) Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local: Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente; Descentralização e potencialização de comunidades locais e regionais; Iniciativa de desenvolvimento local e geração de emprego produtivo para enfrentar a pobreza e a 'marginalização'; O importante é criar o 'entorno' institucional, econômico, social, político, e cultural para impulsionar o desenvolvimento do potencial local; Difusão de inovações;

Reorganização da base empresarial local; Serviços de desenvolvimento empresarial; Capacitação de recursos humanos; Sistema de informação local.

Esse mesmo processo de reestruturação produtiva que impulsionou o desenvolvimento local para Baquero (2003), em consequência do aumento da competitividade dos mercados nacionais e internacionais. Contudo o autor alerta que a estratégia de desenvolvimento local ainda está em fase experimental.

Para Ponchirolli (2002), o capital humano é um ponto estratégico, sendo elemento poderoso que não pode somente ser usado como simples espectador do processo de desenvolvimento e sim como participante ativo. Para o autor os seres humanos possuem valor intrínseco, com grande aptidão para trabalhar em equipe, com isso devem adaptar-se às mudanças do novo paradigma oriundo do processo de globalização, em uma era tecnológica e do conhecimento, para assim exercer a liderança. Característica fundamental ao capital social.

Desta forma mesmo como ferramenta estratégica, o que se observa pelos autores é que a participação local dá às pessoas maiores oportunidades para desenvolver-se. Sen (2000), afirma que as pessoas em todos os processos de desenvolvimento devem ser ativamente envolvidas, para que elas mesmas se mobilizem que possam resgatar a cidadania e controle das atividades propostas pelo estado que afetam sua vida. Para Costa (2003), essa visão ampla de desenvolvimento agrega-se ao chamado desenvolvimento sustentável¹, tão debatido nas áreas ambientais, que veio a combinar as três áreas de conhecimento: a ecologia, economia e sociologia. O autor relaciona a democracia social ao desenvolvimento sustentável, no sentido de conseguir o máximo de riqueza dentro da estrutura ecológica, ligando a igualdade e a condição futura.

Ter um planejamento como ferramenta para desenvolvimento local é essencial, Hall (2001) afirma que pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, desta forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo de longo prazo. Já Boiteux e Werner (2002) afirmam que o planejamento é um instrumento importante para a gestão de um determinado espaço, principalmente em relação à utilização dos recursos disponíveis existentes nesse território.

Desenvolvimento Turístico

Droguett (2004) considera o Turismo uma atividade humana intencional, através do deslocamento para um determinado destino, devendo permanecer mais de 24 horas e retornar ao local de origem após um período. Oliveira (2001) faz uma adaptação ao conceito de turismo desenvolvido pela Organização Mundial de Turismo - OMT e define este como um:

Conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativo (OLIVEIRA, 2001).

A vasta oferta turística, com equipamentos e produtos diversificados, e uma demanda mais madura fazem que haja a movimentação de pessoas pelos mais variados motivos para os mais variados lugares. Para Gastal (2002), o turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários.

A expressão foi cunhada pela comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987 pela comissão de Brundtland, onde desenha a idéia de desenvolvimento sustentável: atender às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987).

As novas perspectivas do turismo mundial apontam uma demanda mais criteriosa na hora de escolher um destino, isso só reforça que as comunidades receptoras devem estar preparadas para atender esse público cada vez mais global, com ações locais. Zaoual (*apud* Bartholo 2009), ratifica essa perspectiva demonstrando que a demanda turística está cada vez mais exigente, variada e variável. Para o autor, ela tende a se focar cada vez mais na qualidade, exprimindo a necessidade da cultura local e meio ambiente, isso exige ações locais mais eficazes que permitam esse agir global. Este fato faz com que haja um aumento na procura por destinos que vem a associar a autenticidade e profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e harmonia com a natureza e memória dos lugares visitados em outro lugar e que requer um bom planejamento para que seja possível o desenvolvimento local dessas comunidades receptoras. Tais exigências colaboram na coibição e quebra da oferta do turismo de massa, dando lugar a um novo paradigma de desenvolvimento para a atividade, mais preocupado com a interação da comunidade com os visitantes, o turismo de base comunitário.

Maldonado (*apud* Bartholo, 2009) faz uma análise desta interação que deve haver entre o turismo e população local, como saída estratégica no desenvolvimento da localidade, propondo uma autogestão do turismo, na qual a comunidade deve assumir um importante papel de planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento. O turismo de massa é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano (RUSCHMANN, 2000). Coriolano (2009), afirma que o turismo de base comunitária é o futuro da atividade turística, onde a comunidade de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das atividades associadas à exploração do turismo.

Tenório e Barbosa (2008) afirmam que a ação do turismo deve respeitar as diferenças, incorporando a igualdade de oportunidades, estimulando assim a ética no consumo, oferta e produções dos benefícios da atividade turística seguindo uma perspectiva de turismo sustentável. Conseguir quebrar as barreiras do turismo tradicional para um turismo social, mais integrado. Conforme demonstra o quadro 1.

Quadro 1: Diferença entre o Turismo Tradicional e Turismo Social.

TURISMO TRADICIONAL	TURISMO SOCIAL
Turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo do desenvolvimento macroeconômico	Objetivo do desenvolvimento integral
Comunidade a serviço do turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Expansionismo Científico	Ordenamento programático
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem estar

Fonte: Barbosa, 2008.

Estudos recentes realizados pela OMT indicam a busca por interatividade como uma das tendências para as próximas décadas. Cada vez mais, os viajantes querem envolver-se com a realidade do lugar que visitam. Nos próximos anos, os turistas vão preferir locais onde há culturas autênticas, que estejam preservadas.

Conforme se acentua, a uniformização como uma das tendências da globalização, a possibilidade de vivenciar culturas locais tende a tornar-se um diferencial poderoso (DIAS, 2003).

Outro requisito na escolha são lugares que proporcionam qualidade de vida, viajar com saúde e para ter saúde, o que se encontra no destino tem que ser a unidade básica de gestão – por possuir características como espaço geográfico homogêneo, capaz de atender os objetivos de planejamento e configurar estruturas urbanísticas, sociais, culturais em forma de rede, tendo como finalidade a obtenção de uma melhor qualidade de vida para os consumidores internos, ou seja, os cidadãos do território (SCARAMUZZI, 1993 *apud* VALLS, 2006).

O turismo tem por objetivo trazer determinados benefícios socioeconômicos para a sociedade, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico através da proteção à natureza e à cultura local. É elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada, ambiental e sustentável, implementável e baseada na comunidade (CASTROGIOVANNI, 2000).

Reconhecer o turismo enquanto atividade para desenvolvimento local dá possibilidade de viajar e conhecer outras culturas promove a aproximação e a paz entre os povos, criando uma consciência respeitosa sobre a diversidade dos modos de vida. Dentro desta abordagem, podemos entender como um processo de mudança, que vem a orientar o desenvolvimento turístico para alcançar seus objetivos, através de estratégias, monitoramento, ações de políticas públicas e outros. Devendo ser analisado como um produto da vontade política que se expressa através de um planejamento, com participação da população local, em que o resultado será um equilíbrio entre a preservação ambiental, cultural, desenvolvimento social, e econômica viabilizando assim, a sustentabilidade turística de uma região (DIAS, 2003).

Na perspectiva exigente de uma demanda mais esclarecida, o desenvolvimento local em uma região é um desafio cada vez maior para a sociedade contemporânea. A sociedade cada vez mais, se desenvolve, priorizando o incremento do crescimento econômico, interesse individual, utilizando-se dos recursos naturais, culturais, sociais sem considerar suas limitações de forma individualista e contraditória. Indo de encontro ao que foi proposto pela Carta do Turismo Sustentável. No artigo 4 da Carta de Turismo Sustentável fomenta que a contribuição ativa do

turismo ao desenvolvimento sustentável seja necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores envolvidos no processo, tanto públicos com privados. Este acordo deve basear-se em mecanismos eficazes de cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional e internacional (DIAS, 2003).

Capital Social e Desenvolvimento Turístico Local

A relação do capital social e desenvolvimento no turismo está na compreensão da relação entre os indivíduos e sua autonomia para desenvolver e fortalecer a comunidade local com ações empreendedoras participativas, onde o turismo se desenvolve potencialmente, dividindo espaço entre o poder público e privado, com base nos valores compartilhados. “A descentralização administrativa e a participação cidadã foram canalizados pelo aparelho estatal para o desenvolvimento de políticas sociais em nível local” (COSTA, 2003). O que só foi possível graças às sucessivas crises econômicas, abertura política e econômica, assim como mobilização da sociedade puderam influenciar no modelo centralizador do Estado, como ator central, o que passou a ser questionado pela sociedade.

Para Buarque (1999), a globalização ajudou muita nessa relação, na ação local dentro do global, resultando na capacidade dos atores e sociedades locais a se mobilizarem definindo prioridades e especificidades, na busca pela competitividade das profundas transformações que poderão ocorrer em locais onde o turismo se instale promovendo desenvolvimento a região receptora desta atividade. Para o autor o novo paradigma indica a capacitação em aumentar os recursos humanos, assim como o domínio do conhecimento e da informação.

Contudo para o desenvolvimento local seguir de forma sustentável, Casarotto Filho e Pires (1999) afirmam que é preciso: Capacidade de criar condições locais, as regras que permitam a cooperação entre os atores com o objetivo de desenvolvimento suficientes para o crescimento coletivo.

Isso porque o turismo assume, hoje, uma relação social, cultural, espacial e política com comunidade receptora do turismo, ancorada em um saber fazer comunitário, baseada nas novas formas de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade. Desta forma o incremento do capital social no turismo possibilita estreitar laços de confiança entre a comunidade local e quem visita a região. Amaral Filho (2000) ratifica que confiança resulta da cooperação e eficiência coletiva, mas não extingui a competição entre os indivíduos e grupos sociais. Fukuyama (1996) comenta que a confiança é o principal elemento para a construção do capital social nas regiões.

No turismo estabelecer este laço de confiança, ajuda a promover características, também fundamentais no capital social, como solidariedade, parceria, respeito e afinidade. O que enriquece e promove o desenvolvimento local, já que promove a construção de redes sociais, representando uma estratégia de cooperação dos grupos sociais que conformam a sociedade fragmentada para transformá-la.

Kliksberg (1999) focaliza os componentes do capital social: as pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua mesma identidade.

O capital social, sozinho, não consegue promover o desenvolvimento local. No entanto ele pode ser a base para as regiões, inclusive turísticas, a enfrentarem e se adaptarem aos desafios presentes e futuros.

Por tanto o desenvolvimento turístico local advém das ações da comunidade em conjunto com o poder público e privado, e para isso ter bases sustentáveis capazes de identificar atividades locais produtivas capazes de promover ações que beneficiem a comunidade a manter-se ativa no mercado competitivo, através de ações participativas.

Com base nessas premissas, Albagli e Maciel (2003) o Capital Social traz à luz reflexão sobre as diversas perspectivas que seus elementos possam incorporar. Essas perspectivas podem denotar sua relação cada vez mais intrínseca com o turismo e seu desenvolvimento local, são elas:

Funcionalidade: o capital social possui um propósito comum, isto é, propicia à comunidade meios para o alcance de benefícios econômicos, políticos e sociais. O acesso ao turismo não está mais restrito ao visitante, toda a comunidade envolvida usufruir das melhorias que a atividade pode promover em uma localidade.

Valor intrínseco: neste ponto de vista, o capital social percebe que as relações sociais são importantes por si mesmas, ou seja, as relações acontecem naturalmente, sem que necessariamente tenha um objetivo ou propósito em volta. A atividade turística acontece inerente a consolidação ou não de um destino, isto porque toda localidade apresenta atribuídos que podem ser tornar atrativos turísticos, conseqüentemente destinos turísticos. Porque o valor intrínseco de cada espaço, seja ele natural ou construído apresentam características e elementos que já estão embutidas na vida social, ambiental e cultural de uma localidade. O turismo permite a valoração turística, onde a atividade se expande transformando os atributos naturais e culturais do espaço em atrativos, reorganizando-o a partir de uma nova função: a função turística.

Metáfora: neste enfoque, o capital social é desenvolvido sob a ótica de sensibilizador, ou seja, como algo que vai contribuir para as dinâmicas sociais. Concomitante o turismo possibilita através de suas práticas e segmentos, a troca de experiências culturais, desenvolvendo um papel multiplicador, sensibilizando a comunidade receptora e destinatária acerca de problemáticas relacionadas à cultura, meio ambiente, religião, gênero, política, economia e vários outros setores.

Individual: sob esta ótica, o capital social e o turismo vislumbram as relações sociais que um indivíduo possui, ou seja, são suas relações sociais individuais que baseadas em confiança e reciprocidade, permitem-lhe o acesso a recursos escassos. Neste caso, enfatiza uma visão personalizada dos relacionamentos, focalizando mais os benefícios individuais do que os benefícios comuns à comunidade.

Coletivo: o capital social é visto como ativo coletivo da comunidade um bem público ou um atributo da estrutura social na qual os indivíduos encontram-se inseridos. Por tratar do deslocamento de pessoas, o turismo também trata de valores e crenças que os cidadãos compartilham em sua convivência diária, expressando socialização e consenso entre os indivíduos, favorecendo ainda o espírito cívico e a vida associativa.

A Homogeneidade permite o capital social a ‘harmonizar’ as contradições sociais do ponto vista do grupo homogêneo dominante, ou seja, supõe-se a existência de forte coesão interna, tendendo a reforçar identidades e grupos homogêneos, e podendo gerar também exclusões, o que no turismo ajuda a fortalecer a cultura local. Assim como na Heterogeneidade, que ambos possibilitam a integração de grupos de indivíduos de diferentes estruturas sociais e, portanto, mais aptos a promoverem a inclusão social. Neste sentido, interações externas são essenciais para comunidades se adaptem bem a mudanças e tornem-se mais resistentes a rupturas.

Confiança: percebe-se neste sentido, que a confiança é efeito do resultado de interações repetidas bem-sucedidas, que resultam credibilidade. Assim, pode ser construída, por meio de um processo sequencial que junta elementos de interesse próprio, com intervenção do governo e o desenvolvimento de mecanismos para auto governança e monitoramento pelos próprios atores, concluindo-se que “a vasta maioria de nós inicialmente se associa porque acredita que é seu próprio benefício fazê-lo” (LOCKE, 2001, apud ALBAGLI & MACIEL, 2003). A confiança devida da atividade turística é elemento fundamental, é o elo entre o turista e o local que ele visita, pelo fato da atividade se desenvolver através do imaginário. E lidar com estas representações mentais, com a construção da imagem estabelecida por ele, é um exercício de confiança constantemente. Essas reações ganham maior estabilidade, ou seja, é propiciada através da confiança e da interação entre os indivíduos, através do intercâmbio de bens tangíveis e intangíveis, desenvolvendo outra perspectiva por ambos: a Reciprocidade: sob esta visão, é desenvolvida a partir desenvolvendo-se à medida que, no Desempenho econômico, emerge da capacidade de inovar, não somente em relações às técnicas e produtos disponíveis no mercado, mas através da capacidade da sociedade, no que diz respeito às relações entre seus agentes, movimentos e organizações, em empenhar-se nas escolhas que lhe são mais adequadas dentre as disponíveis e aplicar os resultados de suas opções como e onde serão mais produtivos social e economicamente. O turismo enquanto atividade econômica, dentro de uma concepção mais objetiva, é responsável pela geração divisas, catalizador de empregos e oportunidades, além de fazer parte efetiva do Produto Interno Bruto – PIB, de muitos países. A cadeia produtiva do turismo é formada por empresas especialmente as de micro e pequeno porte, tem mais condições de sobreviver de modo competitivo e sustentado, o que propicia o desenvolvimento socioeconômico local através da perspectiva de aglomerações produtivas. Trabalhar a ferramenta do capital social neste caso pode alavancar esses empreendimentos: a densidade de relações de aprendizado interativo, o nível de educacional, o sentimento de pertencimento, o nível de inclusão ou de polarização social, a identidade entre interesses individuais e coletivos, a existência de

lideranças locais, a relação Estado/sociedade. O papel do Estado, nesta ótica, é percebido pela relação do Capital Social e do turismo na seguinte maneira: pode ser estimulado, ou ter condições mais propícias ao seu desenvolvimento, por meio de políticas públicas que, promovam processos decisórios participativos, encorajem atividades voluntárias e comunitárias e proporcionem condições socioeconômicas igualitárias, tais como emprego, renda e inclusão social.

Deste modo, a perspectiva de trabalhar o capital social como ferramenta para o desenvolvimento turístico local e sua aplicabilidade fortalece as relações entre comunidade e turistas, estimulando participação local, o engajamento efetivo como meta, a participação ao longo do projeto, a criação de investidores de risco, a união entre lucro e conservação, a distribuição dos lucros, o envolvimento de líderes da comunidade, o uso de agente de mudança, a compreensão das condições específicas do local e o controle e a avaliação dos progressos.

Rodrigues (2001) afirma que é fundamental insistir no fenômeno do turismo em toda a sua complexidade, expressa pelas relações sociais e pela materialização territorial que engendra no processo de produção do espaço. A autora ressalta a importância de reflexões sobre a atividade e suas repercussões espaciais, demonstrando a preocupação com seus efeitos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais.

Warner (2001) acredita que Instituições governamentais formais representam recursos importantes em termos de financiamento, poder e competência. Muitos governos apoiam serviços sociais e de desenvolvimento comunitário, programas são concebidos para resolver os problemas, déficits, ao invés de recursos em uma comunidade. Baquero (2003) adverte para o importante papel das associações cívicas e voluntárias (entidades sociais, organizações não governamentais (ONGs), associações de moradores e organizações voluntárias, entre outras) neste processo, como forma de resgate do cidadão para a esfera pública e na promoção da discussão política e das políticas do governo. Essas organizações, em muitos casos têm conseguido mobilizar os cidadãos marginalizados socialmente para pressionar o Estado a responder às suas demandas.

Kliksberg (2002), afirma que muitos países não conseguem esse desenvolvimento social, já que grande parte da população é carente de condições básicas de infraestrutura, como saneamento, eletricidade, saúde e educação. Dentro da atividade turística não é diferente. Muitos destinos desenvolveram-se massivamente, a partir dos anos 1950 e tem seu apogeu nos anos 70 e 80, onde a demanda turística cresce muito rápido e as localidades vivem uma expansão sem precedentes. É o período mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Predomina o concreto o crescimento desordenado (RUSCHAMANN, 2002). Associados à lógica do capitalismo do paradigma atual tende a gerar grandes impactos ambientais, sociais, culturais, econômicos e territoriais (SAARINEN, 2006; HARDY & BEETON, 2001). A polarização desses impactos pode gerar um prejuízo em médio prazo para a preservação da imagem do destino e ameaçam a sustentabilidade do setor. São eles: a desestruturação da cultura local, degradação ambiental, elevação dos índices de

vazamentos de renda, descaracterização dos ambientes naturais, o estímulo a especulação imobiliária, e exclusão social e territorial, dentre outros.

As polarizações sociais, ambientais, só aumentam colocando em risco o bem-estar da comunidade e à própria existência da população. Costa (2003) ressalta como ameaça a construção do capital social, conseqüentemente entraves ao desenvolvimento local, isso porque essa carência que a população sofre só aumenta a falta de credibilidade gerada aos governos, o que pode enfraquecer os laços cívicos com as comunidades ameaçando a sustentabilidade do desenvolvimento.

Para isso é fundamental o senso social, a comunidade deve se apropriar do turismo como atividade que promova não só desenvolvimento econômico, mas social e ambiental. Para Coriolano (2007), essa construção é um investimento a longo prazo já que, sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, mas, como polo dialético, é possível apontar caminhos, portanto sustentabilidade é um conceito e uma realidade em construção.

CONCLUSÕES

Preparar o campo a ser trabalhado é uma alternativa cada vez mais apropriada para que o turismo trabalhe dentro da sustentabilidade. Mas requer uma responsabilidade de todos, população local, poder público e empresários do setor.

A busca em conhecer novos destinos turísticos torna-se cada vez mais evidente. Demanda mais madura e experiências anteriores na gestão de destinos turísticos aumentam a responsabilidade na condução e elaboração de políticas públicas que permitam a competitividade, em uma perspectiva de sustentabilidade turística, destes novos destinos. A globalização no turismo permite uma diversificação de produtos e serviços que convidam os turistas a usufruírem de multiplicidade de opções. Confiança, respeito, solidariedade, preservação, conservação, e outros são elementos fundamentais para que a atividade turística se estabeleça. Mais que isso é de suma importância sua aplicabilidade. A comunidade receptora é fundamental para fechar este processo, ela precisa aceitar o turismo enquanto agente catalizador de oportunidades, em todos os sentidos. Em muitas cidades o turismo não é bem quisto por entender que traz prejuízo locais. Porém a atividade se planejada e principalmente aceita, pode gerar subsídios econômicos, culturais, sociais e ambientais fundamentais para o desenvolvimento local. É o chamado sentimento de pertencimento.

Há muito trabalho prático a fazer, especialmente em descobrir a melhor forma de ativar e agir de acordo com simpático; E o futuro do capital social, como o seu passado, pode enganar com programas de educação cívica já decretada ou ainda ser imaginada, sendo essencial para o capital humano ou social (FARR, 2004).

Entender o capital social como o valor implícito das relações de uma rede social, que tende a contribuir para explicar as variáveis do desenvolvimento econômico, é de fundamental que a

participação da comunidade seja integral e bem-sucedida. Para isso deve haver harmonia entre todos os envolvidos no planejamento do desenvolvimento local.

Baquero (2003) acredita que isso reforça a importância do fortalecimento da cultura política no processo democrático do país das teorias das sociedades cívicas, com atividades deliberativas face a face e a colaboração horizontal. Onde aceitar a proposta é reconhecer que os paradigmas tradicionais sejam substituídos por outros que incorporem a dimensão social da democracia. Do agir coletivamente, com credibilidade e confiança.

Para Costa (2003), deve haver a interação do capital social com as demais formas de capital (natural, humano e financeiro), dentre elas o turismo, pode influenciar positivamente no desenvolvimento amplo da sociedade. Sachs e Lages (2001) acredita na captação dos fenômenos, apoiá-los, definir níveis de intervenção que não atrapalhem a coesão social existente, pode contribuir para o fortalecimento de laços de cooperação, das redes de solidariedade e das múltiplas formas de colaboração entre atores públicos e privados.

Para Teles *et al.* (2004), a formação de instituições que possam colaborar para o desenvolvimento local é muito importante para o bem da comunidade, assim como instituições ruins podem restringir as perspectivas de crescimento, e o capital social poderia ser o elo de ligação entre a desigualdade e atraso econômico, principalmente em países em desenvolvimento.

A Sustentabilidade de um destino turístico depende de uma ação contínua que exige uma previsão das tendências ou ameaças, assim como um monitoramento de impactos que a atividade turística possa causar em uma localidade. Swarbrooke (2000) afirma que, o turismo sustentável não é apenas proteção ao meio ambiente; ele também está ligado as condições de viabilidade econômica em longo prazo e à justiça social. O envolvimento e harmonia desses três pilares compõem a base da sustentabilidade turística. O turismo sustentável ganhou o centro das atenções no mundo, por se tratar de uma atividade que precisa do meio ambiente, físico ou natural, e cultural para poder se desenvolver. E quando um desses ambientes encontra-se na iminência de impactos que possam ameaçar sua sustentabilidade, faz-se necessário identificá-lo para assim, combatê-lo com ações preventivas ou corretivas.

Sua prática vive em constante conquista por novos espaços incorporando novas atrações à sua oferta habitual e maciça, para dar respostas às novas tendências da demanda mundial proporcionando, vários benefícios na qualidade de vida e geração de empregos e renda, além de valorizar os espaços naturais e construídos. Por isso é de suma importância desenvolver o sentimento de pertencimento nas comunidades receptoras.

Maldonado (*apud* Bartholo *et al.* 2009) fala da necessidade em fortalecer a base dos espaços apropriados pelo turismo, base está a comunidade, utilizando-se dos princípios sobre os quais se baseiam hoje as unidades receptoras, como confiança, solidariedade, respeito, segurança, preservação e outros que derivam, essencialmente da visão do mundo e seus valores. Buscando em seus destinos não somente as atratividades estabelecidas em fonderes promocionais, mas acima de tudo buscando a autenticidade local, na qual o homem esteja

inserido como componente da natureza, que forma parte total e indivisível deste meio em que vivem, estimulando dentre outras coisas, a preservação ambiental.

Por conseguinte, a utilização do capital social como ferramenta estratégica no desenvolvimento local, assegura melhores condições territoriais para a comunidade, ou município ou qualquer outra localidade. Para que isso ocorra é inevitável o enriquecimento informativo e fortalecimento dos atores sociais envolvidos, juntamente com a capacidade de iniciativa, empreendedora que possam captar recursos financeiros para execução das atividades. O território é mais que um ambiente físico onde estabelece as relações interpessoais entre indivíduos e empresas, e poder público, assim como parcerias com núcleos produtivos promovendo ações de políticas públicas coletivamente. São locais que estabelecem laços afetivos, de confiança, que permitem construir um valor que possa agregar aos valores dos cidadãos para uma sociedade de princípios e objetivos comuns.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2. **Anais**. São Luís, 1998.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.. **Capital social e empreendedorismo local**. Proposição de políticas para promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

ALBUQUERQUE, F.. Desenvolvimento econômico local. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

AMARAL FILHO, J.. **Capital Social e desenvolvimento local no Ceará**. Jornal O Povo, Fortaleza, 2000.

ARRAES, R. A. E.; BARRETO, R. C. S.; TELLES, V. K.. Efeitos do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico: simulações para países e estados brasileiros. **Revista Análise Econômica**, v.41, 2004.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I.. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAQUERO, M.. Construindo uma outra sociedade: o capital social na construção da política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.83-108, 2003.

BOURDIEU, P.. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BOITEUX, B.; WERNER, M.. **Promoção, entretenimento e planejamento turístico**. 2 ed. São Paulo, Aleph, 2002.

BRUNDTLAND, G.. **Our common future: from one earth to one world**. Nova York: Oxford University Press, 1987.

BUARQUE, S. C.. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. 2 ed. Recife: IICA, 1999.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H.. **Redes de pequenas empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C.. **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto. 2000.

COSTA, M. A. N.. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangureira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.147-163, 2003.

CORIOLOANO, L. N. M. T.. **O Turismo entre o lazer, o ócio e a cidadania**. In: CORIOLOANO, L. N. M.T.. CURSO TURISMO DE INCLUSÃO. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2007.

DIAS, R.. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

FARR, J.. **Social capital**: a conceptual history. Political Theory, 2004.

FUKUYAMA, F.. **Confiança, as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GASTAL, S.. **O produto cidade**: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: HALL, C. M.. PLANEJAMENTO TURÍSTICO: POLÍTICAS, PROCESSOS E RELACIONAMENTOS. São Paulo: Contexto, 2001.

KLIKSBERG, B.. **Capital social e cultura**: as chaves esquecidas do desenvolvimento. Preal Debate Especial, CPDOC/FGV, 2002.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C.. **Economia do Turismo**. 7 ed. São Paulo: Atlas. 2001.

MONASTÉRIO, L. M. Capital Social e Economia: antecedentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5. **Anais**. Fortaleza, 2000.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A.. **Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social**: o caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba(MA/PI). Caderno Virtual de Turismo, 2005.

MORALES, F. X. M.; NAVARRO, M. A. L.; GUIA-JULVE, J.. The Role of Local Institutions as Intermediary Agents in the Industrial District. **European Urban and Regional Studies**, v.9, n.4, p.315-329, 2002.

OLIVEIRA, A.. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PONCHIROLLI, O.. O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob perspectiva da teoria do agir comunicativo. **Revista FAE**, v.5, n.1, p.29-42, 2002.

PUTNAM, R. D.. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REIS, B.. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.21, p.35-49, 2003.

RODRIGUES, A. B.. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, D.. **Turismo no Brasil**: análise e tendências. Barueri: Manole; 2002.

SAARINEN, J.. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, v.33, n.4, p.1121-1140, 2006.

SACHS, I.; LAGES, V. N.. Capital Social e Desenvolvimento Local: novidade para quem?. In: CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE CAPITAL SOCIAL. **Anais**. Universidad Del Estado de Michigan, Santiago, 2001.

SEN, A.. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S.. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TAPIA, J. R. B.. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.1, 2005.

TELES, E.; HARVEY, D.; SADER, E.. **Ocuppy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

TENÓRIO, F. G.; BARBOSA, L. G. M.. **O Setor turístico versus a exploração sexual**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

VALLS, J. F.. **Gestão integral dos destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WARNER, M.. Building social capital: the role of local government. **Journal of Socio- Economics**, v.30, p.187-192, 2001.

ZAPATA, T.. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004.